

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.749.803 - SP (2018/0150748-7)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**RECORRENTE : AMIL SAÚDE LTDA**  
**ADVOGADO : MARIA CAROLINA SULETRONI E OUTRO(S) - SP038168**  
**RECORRIDO : CRISTINA SAMESIMA RIBEIRO DO VALLE**  
**ADVOGADO : MARCIO DA CUNHA LEOCÁDIO E OUTRO(S) - SP270892**

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso especial, interposto por AMIL SAÚDE LTDA, com amparo na alínea "a" do permissivo constitucional, no intuito de reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (fls. 408-415 e-STJ), assim ementado:

Apelação cível. Plano de saúde. Ação de obrigação de fazer, que visa compelir a ré ao custeio de medicamentos prescritos à autora (Solvadi/Sofosbuvir e Olysio/Simeprevir), para o tratamento de Hepatite C. Sentença de procedência do pedido. Inconformismo da ré.

Acórdão anterior que havia confirmado o dever de fornecimento dos fármacos objeto dos autos. Determinação de reexame nos termos do art. 1.030, inciso II, do CPC.

Tema Repetitivo consolidado no STJ (Tema 990), ao qual se vincula este Tribunal. Caso concreto. Medicamentos aprovados pela ANVISA. Hipótese que não se subsume ao entendimento firmado nos REsp's nº 1726563/SP e 1712163/SP pelo STJ, sendo fixada a tese de que "As operadoras de plano de saúde não estão obrigadas a fornecer medicamento não registrado pela ANVISA."

Ausência do registro por ocasião da recusa. Irrelevância. Posterior registro que caracteriza fato superveniente a tornar a negativa injustificada no curso do processo. Fornecimento devido a partir da publicação do registro pela ANVISA. Precedente.

Negativa de cobertura. Impossibilidade. Havendo expressa indicação médica, não pode prevalecer negativa de cobertura do custeio ou fornecimento de medicamentos, ainda que de natureza experimental ou não previsto no rol de procedimentos da ANS. Súmula nº 102 deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Código de Defesa do Consumidor. Aplicabilidade. Artigos 2º e 3º da Lei nº 8.078/1990. Súmulas nº 100 deste Egrégio Tribunal de Justiça e nº 608 do Colendo Superior Tribunal de Justiça. Fornecedor que deve assumir o risco do negócio que está fornecendo. Caveat venditor.

Sentença mantida. Recurso desprovido.

Nas razões do especial (fls. 503-515 e-STJ), o insurgente alega violação aos artigos 10, inc. V da Lei nº 9.656/98; 12 e 66 da Lei 6.360/76 e 10, inc. V da Lei 6.437/76, sustentando que o medicamento não possuía registro à época da solicitação.

Apresentadas contrarrazões (fls. 522-528 e-STJ), o apelo extremo foi admitido na origem.

É o relatório.

Decide-se.

A pretensão recursal deve prosperar em parte.

1. Extra-se da decisão recorrida o seguinte (fl. 411 e-STJ):

No caso, quando da propositura da ação, em agosto de 2014, os fármacos não tinham o registro na ANVISA. Contudo, o regular registro veio a ocorrer em março de 2015 em relação ao remédio Olysio e em maio de 2018 em relação ao remédio Sofosbuvir, caracterizando fato superveniente que torna a recusa injustificada.

De fato, o registro do medicamento, superveniente ao ajuizamento de demanda, perante a ANVISA, deve ser considerado no julgamento do feito. **Após** o registro, não mais subsiste fundamento para recusa do fornecimento buscado.

Isto porque, *"é abusiva a recusa da operadora do plano de saúde de arcar com a cobertura do medicamento prescrito pelo médico para o tratamento do beneficiário, sendo ele off label, de uso domiciliar, ou ainda, não previsto em rol da ANS, e, portanto, experimental, mesmo se tratando de instituições sem fins lucrativos e que operam por autogestão"* (AgInt no REsp 1712056/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 18/12/2018).

Portanto, havendo prescrição médica, para o tratamento de doença coberta pelo plano de saúde, é devido o fornecimento do medicamento, desde o registrado perante a ANVISA.

Assim, a demanda originária deve ser julgada **parcialmente** procedente, reconhecendo-se o dever de fornecimento do medicamento buscado após o registro perante o órgão de Vigilância Sanitária.

Em semelhante sentido à providência ora adotada, as decisões monocráticas proferida nos autos: **AgInt nos EDcl no AREsp 983740/SP**, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe 30/11/2018; **AREsp 1195125/PR**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, DJe 14/03/2018.

2. Do exposto, com amparo no artigo 932 do CPC/15 c/c a Súmula 568/STJ, **dá-se parcial provimento ao recurso especial**, a fim de julgar procedente em parte a demanda originária, reconhecendo o dever de fornecer o medicamento somente após o registro perante a ANVISA.

Ante à sucumbência recíproca, custas e honorários, no valor já arbitrado, na proporção de 50% para cada parte.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator